



TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 39/2021

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n° 37/2018 que entre si fazem a Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA e a empresa OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

CONTRATANTE, Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA, empresa pública municipal, situada nesta cidade na Av. Rio Branco, 1843 – 8° ao 11° andares – Centro (CNPJ n° 21.572.243/0001-74), neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Dr. Júlio César Teixeira, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, e a **CONTRATADA**, OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrita no CNPJ sob o n° 05.423.963/0001-11, situada no Setor Comercial Norte – Quadra 03 – Bloco A – Térreo – Parte 02 – Edifício Estação Tel. Centro Norte – Brasília/DF (CEP 70.713-900), neste ato representada pelo Sr. John Charles Vieira de Sousa, brasileiro, casado, executivo de negócios, CPF 574.938.126-91, e Sr. Ravan de Almeida Gomes, brasileiro, viúvo, licenciatura em física, CPF 850.209.746.68, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato n° 37/2018, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com o Regulamento interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA, de acordo com justificativa de fls. 1062/1063, autorizações de fls. 1084 do Pregão Eletrônico n° 042/18, conforme as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Este Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação por mais 12 (doze) meses do prazo contratual previsto na cláusula quarta do Contrato n° 37/2018**, ficando prorrogado de 07 de junho de 2021 a 06 de junho de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Este instrumento acresce ao contrato original o valor estimado de **R\$ 19.104,00 (dezenove mil e cento e quatro reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA:

As partes acordam acrescentar ao Contrato n° 037/2018 a **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO**, comprometendo-se nos seguintes termos:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

13.1. A CONTRATADA declara, sob as penas da lei, não haver, até a presente data, qualquer impedimento à presente contratação ou mesmo à execução de alguma cláusula ou condição do instrumento ora pactuado.

13.2. As PARTES declaram por si, por seus empregados, sócios e colaboradores, estar em plena conformidade com as leis e regulamentos de anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à legislação nacional específica, às Convenções

DS
RDAG



Companhia de Saneamento Municipal - Cesama
Avenida Barão do Rio Branco, 1843 10º andar - Centro
CEP: 36.013-020 Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9199





e Pactos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, tais como OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions (Convenção da OCDE sobre combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros ou transações comerciais internacionais), Convenção Interamericana contra a Corrupção (Convenção da OEA), e a UN Convention Against Corruption (Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção).

13.3. As PARTES endossam todas as leis, normas, regulamentos e políticas relacionados ao combate a corrupção aplicáveis, obrigando-se a abster-se de qualquer atividade ou ato que constitua violação às referidas disposições.

13.4. As PARTES por si, por seus administradores, diretores, empregados, bem como por sócio que venha a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais durante toda a vigência deste instrumento de forma ética e em conformidade com as normas aplicáveis.

13.5. As PARTES por si, por seus empregados, sócios, colaboradores, terceiros contratados e fornecedores agindo em seu nome, não deve, direta ou indiretamente, dar, oferecer, pagar, promover pagar, autorizar o pagamento de qualquer importância em dinheiro, ou mesmo qualquer coisa de valor, benefício, doação, vantagem a qualquer autoridade, consultor, representante, parceiro, ou quaisquer terceiros com a finalidade de influenciar quaisquer atos ou decisões do agente de governo ou para assegurar qualquer vantagem indevida.

13.6. As PARTES declaram que não praticam e se obrigam a não praticar quaisquer atos que violem a lei anticorrupção.

13.7. As PARTES concordam em fornecer prontamente, sempre que solicitada, evidência de que está atuando diligentemente na prevenção de práticas que possam violar as leis anticorrupção.

13.8. As PARTES obrigam-se a manter seus livros, registros, contas e documentos contábeis organizados e precisos, assegurando-se de que nenhuma transação seja mantida fora de seus livros e que todas as transações sejam devidamente registradas e documentadas desde o início.

13.9. A CONTRATADA concorda que o CONTRATANTE terá o direito de, sempre que julgar necessário, com auxílio de auditores, auditar todos os livros, registros, contas e documentações de suporte para verificar o cumprimento de quaisquer leis anticorrupção aplicáveis, sendo que a CONTRATADA se compromete a cooperar totalmente com qualquer auditoria ou solicitação de documentos.

13.10. Independentemente de quaisquer investigações ou processos terem sido iniciados pelas autoridades, caso surjam denúncias ou indícios razoavelmente fortes de que a outra parte violou a lei anticorrupção, a PARTE inocente terá o direito de suspender ou rescindir o contrato, sem prejuízo da multa pela rescisão.

DS
RDAG

Companhia de Saneamento Municipal - Cesama
Avenida Barão do Rio Branco, 1803 10º andar - Centro
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9199





13.11. As PARTES comprometem-se a praticar a governança corporativa de modo a dar efetividade ao cumprimento das obrigações contratuais em observância à legislação aplicável.

13.12. Aplicam-se, ainda, os princípios e normas estabelecidos no Código de Conduta e Integridade da CESAMA, disponível para consulta no site da CESAMA, no endereço eletrônico http://www.cesama.com.br/site/uploads/paginas_arquivos/124/15747035809.pdf e as disposições da Lei Federal nº 12.846 de 01/08/2013."

CLÁUSULA QUARTA:

Ratificam-se as demais cláusulas do contrato original que não foram alteradas por este instrumento.

Juiz de Fora, 04 de junho de 2021

Júlio César Teixeira
Júlio César Teixeira
Diretor Presidente / CESAMA

John Charles Vieira de Sousa
John Charles Vieira de Sousa
OI MÓVEL S.A
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DocuSigned by:
Ravan de Almeida Gomes
Ravan de Almeida Gomes
OI MÓVEL S.A
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Testemunhas 1)

Fabiano dos Santos Mattos
Assessoria de Contratos
Depto. de Licitações e Contratos

2)

Alexandra Faria de Paula
Assessoria de Contratos
Depto. de Licitações e Contratos

